
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO NEGRO PERTENCENTE À CLASSE POPULAR: UMA LUTA HISTÓRICA

HIGHER EDUCATION OF THE NEGRO BELONGING TO THE POPULAR CLASS: A HISTORICAL STRUGGLE

EDUCACIÓN SUPERIOR DEL NEGRO DE CLASE POPULAR: UNA LUCHA HISTÓRICA

Selma Vieira de Alvarenga

Mestre em Gerontologia - selma71950@hotmail.com

Recebido em: 07/05/2021

Aceito para publicação: 02/11/2021

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal “analisar a trajetória de egressos negros em Instituições de Ensino Superior entre os anos 2003 a 2020, pertencentes à classe popular, em São Paulo.” Com esse propósito, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, qualitativa, junto a 14 alunos egressos da universidade privada. Esta investigação empírica revelou, entre outros aspectos, necessidade de aprimoramentos nas Políticas de Ações Afirmativas, considerando a desigualdade social vivida pelos grupos estigmatizados, em particular o negro. Conclui-se haver um desafio pendente de reivindicação social: cobrar do Estado ações estruturais que promovam condições objetivas para sua permanência e formação de alunos negros no percurso universitário

Palavras chave: Educação. Universidade. Negro. Políticas. Estado

Abstract

This article has as main objective “to analyze a trajectory of black graduates in Higher Education Institutions between the years 2003 to 2020, belonging to the popular class, in São Paulo.” With this purpose, an exploratory, qualitative research was developed, together with 14 students from private universities. This empirical investigation revealed, among other aspects, the need for improvements in Affirmative Action Policies, considering the social inequality experienced by stigmatized groups, in particular the black of the State, actions that promote objective conditions for their permanence and formation of black students in the university course

Keywords: Education. University. Black. State Policies

Resumen

Este artículo tiene como principal objetivo “analizar la trayectoria de los egresados negros en Instituciones de Educación Superior entre los años 2003 al 2020, pertenecientes a la clase popular, en São Paulo”. Con este propósito, se desarrolló una investigación exploratoria y cualitativa, en conjunto con 14 estudiantes egresados de una universidad privada, esta investigación empírica reveló, entre otros aspectos, la necesidad de mejoras en las Políticas de Acción Afirmativa, considerando la desigualdad social que viven los grupos estigmatizados, en particular los negros. permanencia y formación de estudiantes negros en el curso universitario

Palabras clave: Educación. Universidad. Negro. Políticas. Expresa

INTRODUÇÃO

Com o intuito de analisar a trajetória universitária de estudantes negros pertencentes à classe popular, foi feita uma breve contextualização da questão racial no Brasil em diferentes momentos históricos, com ênfase nas políticas de Ação Afirmativas advindas a partir na Pós Constituição Federal de 1988 e Tratados Internacionais em prol da “Educação para todos”. E pelo papel ideológico democrático do Estado de ratificar as desigualdades e materializar os direitos em oportunidades de acesso à educação dos indivíduos. Quando, o processo de democratização escolar aparenta estar ainda pouco vinculada à realidade da classe popular. Para maior apreensão do tema, a análise conta ainda com o resultado de uma pesquisa empírica, realizada com ex-alunos universitários negros.

Na perspectiva de SCHWARTZ (2005), os vários ramos das ciências, tais como a demografia, sociologia, etnologia, geografia, medicina social, literatura, artes, teologia, entre outras. Nos permitem “reconstruir o passado”envolto nas trajetórias de personagens excluídos, possibilitando por meios metodológicos, trabalhar temas interdisciplinares da história social, para abordagem de problemas e relações vividas entre os diversos grupos no contexto atual.

De modo que o presente trabalho, refaz o legado da abolição marginalizada do negro, sem que houvesse um planejamento estatal para estruturação dos ex-escravos enquanto sujeitos de suas vidas. Fato que (com raras exceções), prossegue a produzir um rastro de vulnerabilidade na realidade vivida pelos negros no país, manifestada nas desigualdades sociais em relação aos brancos. Se observarmos dados de um passado a qual vivemos, teremos em final de 1999 os estudos divulgados pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação, realizado pelo economista Marcelo Paixão (com o mesmo rigor do utilizado pela ONU para 174 países), onde vamos encontrar os afrodescendentes na 108ª posição classificatória do Programa das Nações Unidas, enquanto os brancos ocupam 49ª posição. (Carneiro, 2011).

Dados mais atuais, mostram que a desigualdade social prossegue acentuada. Em 2016 índices da Pnad (IBGE), revelaram que entre os 10% mais pobres do Brasil, 75% são afrodescendente e, de cada dez mais pobres, sete são afrodescendentes. (...). Segundo a manchete, ”A pobreza e a desigualdade social entre nós têm cor e endereço,

tem territórios definidos que cruzam com a questão racial (...), in [SOUZA NETO, 2016, p.128]. Ainda se vive um distanciamento social que separa e confronta brasileiros com brasileiros, pela realidade vivida por esses indivíduos, na moradia, no emprego enfim, na condição de acesso às riquezas produzidas no país, como um carro. Demarcado, principalmente pela educação diferenciada das famílias, constituintes de formação universitária.

SILVA (2020), no estudo elaborado para o Ipea, embora reconhecendo avanços no ingresso da população negra à universidade, com formação de curso superior em 32% em 2017. Ao levar para equiparação racial, os percentuais ultrapassaram o dobro do indicativo, ou seja, “apenas 9,3% dos negros tinham ensino superior completo, enquanto na população branca havia chegado a 22,9%.” SILVA (2020, p.1), Para ela, ainda estamos longe de um cenário de igualdade. Nós levando a percepção de que a tramitação da Educação reservada a um pequeno grupo elitista para Educação aberta e colhedora da diversidade humana, segue em aculturação.

Exclusão e resistência

Ao seguir a trilha da pós abolição, têm-se em inícios do século XX, o Estado exibindo uma aparente universalização do ensino escolar, a exemplo da Reforma de Rivadávia Corrêa (1911). Medida que na prática, não assegurava condições de inclusão à educação das camadas pobres, pelo contrário, haviam pretextos que os dificultavam do ingresso no próprio regulamento da Reforma, como a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República” (Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911), que delegava aos diretores maior autonomia para cobrança de taxas e exames para admissão no ensino fundamental e superior. Proporcionando um mecanismo de exclusão da população negra e mestiça do ingresso já ao ensino fundamental. O que era agradável à elite, pois os viam como pessoas de má índole, arruaceiros, inconvenientes para estar junto os “bons alunos”. (SANTOS, 2008).

Inconformados, os movimentos negros encabeçavam a luta pela educação. “No Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela em Chapadinha, no Maranhão, foi criada uma escola pelo negro Cosme, para o ensino da leitura e escrita dos escravos aquilombados”

(CUNHA, 1999) In (SANTOS, 2008 p.6).

Notória, a Frente Negra Brasileira criada na década de 1930/1937, tendo como um dos líderes o intelectual negro Arlindo Veiga dos Santos, promoveu para crianças e adultos alfabetização pelo curso primário regular e curso preparatório para o ginásio. Entretanto, o então presidente Getúlio Vargas ao fechar todos os partidos políticos., fechou a instituição da Frente Negra Brasileira.

Já no Estado Novo (1940), a luta contra a discriminação racial voltou a ser institucionalizada, com destaque o movimento “União dos Homens de Cor – UHC” fundado em Porto Alegre, se expandia com sucursais em outros estados do país. Sob a principal liderança do negro Abdias do Nascimento, foi criado curso de corte e costura e retornados os curso de alfabetização para crianças e adultos. Naquela conjuntura, os objetivos evoluíam com o intuito de melhorar as condições econômicas e sociais dos negros á condição de participação na vida pública, social e administrativa do Brasil, inclusive, oportunidade de se candidatarem a cargos eleitorais. O movimento abarcou ainda a comunicação artística e escrita, sendo criado o Teatro Experimental do Negro (TEN), o jornal “Quilombo”; o Instituto Nacional do Negro e o Museu.

A resistência pela dignidade humana seguia paralela aos “arranjos”de grupos elitistas, que buscavam preservar o conservadores do domínio e da soberania branca, sobre o argumento de desenvolvimento econômico do país. O mito da democracia racial, iniciado nas primeiras décadas do século XX incitou um processo de aculturação dos negros pela ideologia do branqueamento, oculta na intenção de “purificar” a raça julgada como inferior, e moldar os negros aos comportamentos e atitudes considerados “de branco”, iria ainda confundir a identidade, pela negação de suas raízes culturais..

Ideologia que teve como principal influência a obra de Gilberto Freire “Casa Grande e a Senzala” onde o escritor compreende o Brasil como um grande caldeirão cultural por seu alto grau de miscigenação, ensejando haver com isso, corrigido a distância social entre negros e brancos. Conceito emergidos a partir de obras de intelectuais brasileiros, como “Casa Grande e a Senzala” (FREYRE, 1930). Sendo, entretanto, negado partir das análises realizadas para o Projeto Unesco (1950), por Oracyr Nogueira, Edson Carneiro, Florestan Fernandes, Roger Bastide, eles apuraram

haver uma carga de preconceito e discriminação na trajetória dos indivíduos de origem africana, desde a pós abolição, o que lhes dificultavam o acesso aos diversos âmbitos na sociedade - tais como trabalho e educação (SANTOS, 2009) Na qual, marginalizados nas profissões subalternas e não qualificadas, ressentiam-se de superioridade cultural e racial ostentado até mesmo pelos imigrantes sobre eles. (Maram, 1979).

A questão racial brasileira e a classe popular

Desigualdades de grupos sociais que propiciariam segundo Kovarick (2009) e Jordão (2015), o surgimento da classe popular, a partir da transição econômica de base agrária para a industrial-urbana o surgimento da classe popular, desenhada por uma parcela considerável de integrantes, que se identificariam (pelo labor) como classe operária. Eram eles os trabalhadores do campo que se deslocavam para as áreas urbanas, sem que fossem acompanhados por uma infraestrutura capaz de atender e acomoda-los dignamente. devido em parte, às prioridades de investimentos do “Estado desigual” para estruturara urbana. Marginalização que os levava a se deslocar com suas famílias para lugares distantes, dando-se assim o povoamento precário e desordenado do espaço urbano em ocupações, cortiços até sua periferização em subúrbios e favelas.

Fincado nesse perfil, CAMPOS (2005) identificou o surgimento do termo de classes perigosas, advindo dos “grupos dominantes”, que historicamente o produziram a a “estigmatização do espaço” apropriado pelas classes trabalhadoras. Assim, são consideradas classes perigosas os moradores das favelas, por serem vistos em relação aos demais indivíduos não periféricos, como os “diferentes”, os “outros”, ou ainda os “diferenciados” no que se refere à sua relação socioeconômica e sua ocupação do espaço urbano de moradia. Para o autor, a cor (ou raça - marca indelével na geografia do corpo) continua a ser um dos elementos fundamentais da desigualdade, mas a favela esconde parte dessa diferença étnica. “Ali, negros, brancos, “paraíbas” e “baianos” indígenas, entre outros atores sociais são, antes de tudo, pobres”(CAMPOS, 2005 p.53). Porém, “sem dúvida, o estigma apesar de ser generalizado, atinge sobremaneira, o negro e de modo mais virulento, o negro favelado” (ANDRÉ, 2007 p. 13).

Na visão de MARX (1978, p.45) acerca da hostilidade burguesa sobre o

proletariado, “a cidade transforma-se em meio para preservar o Estado a serviço do homem egoísta, o indivíduo burguês [...], degrada-se a esfera comunitária em que atua o homem, em detrimento da esfera em que o homem atua como ser parcial”. Para filósofos críticos das contradições capitalista nas relações com o operariado, o conceito de classes sociais vai além da classificação baseada em características como faixa de renda. Fundamenta-se sobretudo, na realidade histórica de sua formação e na busca da superação nas relações sociais da humanidade. (MARX; KOWARICK; JORDÃO, 2015).

Ideário que sobreviveria ao período de silenciamento da questão racial movida pelos movimentos negros e até do campo acadêmico, imposto na entrada da ditadura militar, quando as reivindicações passam a ser definidas como questão de segurança nacional, dando-se a repressão do quesito cor no Censo Demográfico de 1970. Tensão que foi superada somente nos anos finais da década, quando o panorama social em busca de mudanças e democracia no país propiciava a rearticulação dos movimentos negros com a demais entidades politizados. (HASENBALG, 2005).

Recente à pós ditadura (década de 1980), o então deputado Abdias Nascimento, defende em 1987 o Projeto de Lei nº 1.332, de 1983, para implementação de Políticas de Ações Compensatórias para os negros na esfera da educação. Com destaque, as medidas concernentes, dispostas no Artigo 12.

II - execução de programas de aprendizagem, treinamento ou aperfeiçoamento técnico para negros, a fim de aumentar o número de candidatos negros qualificados em escalões superiores profissionais.

IV – reajustes de salários, no sentido de igualar a remuneração entre negros e brancos para trabalho equivalentes;

V – Concessão de bolsas de estudo a estudantes negros a fim de aumentar sua qualificação profissional;

VI – Assinatura de carteira profissional de empregados negros nas mesmas condições e proporções vigorantes no caso de empregados brancos; (NASCIMENTO, 1985). In (SANTOS, 2009).

O Projeto não foi aprovado, mas em breve ganharia suporte de sustentação, na promulgação da “Constituição Federativa do Brasil” em 1988, ao constituir-se em um marco na história de direitos sociais no país. Marcadamente, no Artigo 5º da referida Carta Magna, dispõe o princípio da igualdade. “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*”. A Educação, até então acessível apenas a uma faixa restrita da população, a partir de então, passa a ser concebida como um saber histórico do qual todos têm o direito de se apropriar.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 205, 1988).

Políticas de Ação Afirmativas

Na esteira da Constituição, destacou-se a Marcha Zumbi dos Palmares, organizada pelas lideranças dos Movimentos Negros do país, onde reuniu aproximadamente 30 mil participantes. Ocasão em que os líderes dos movimentos entregaram ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Programa de Superação da Desigualdade Racial, contendo, entre outras reivindicações, concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus. E desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes à universidade e as áreas de tecnologias de ponta. (Santos, 2009).

Momento em que FHC admitia a essencialidade de intervenção junto à questão da discriminação do negro no Brasil, a conceituava como um problema racial a ser enfrentado com audácia política. Porém (como já era de se esperar), as providências tomadas para a implantação de Políticas de Ações Afirmativas, incorreram em uma “reação conservadora” manifesta por instancias do Legislativo que pediam a recusa da política de Ações Afirmativas, referente ao Estatuto da Igualdade Racial, sob a alegação de ambos romperem os princípios da igualdade e democracia.

Quando a legitimação das políticas de Ação Afirmativas é a confirmação que a população negra é digna de direitos. Consciente da condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital pela exploração do trabalho

escravo, das quais o não acesso à educação é uma das formas mais perversas de exclusão. (CARNEIRO 2011)

Meio a essa correlação de forças, a sociedade brasileira passou a experimentar a democratização da educação superior. O antigo crédito educativo converteu-se no Fundo de Investimento no Ensino Superior (FIES), em 1999, por meio de Medida Provisória do Fundo de Financiamento Estudantil, posteriormente convertido na Lei nº 10.260/2001. O Estado brasileiro se propôs a assumir os gastos de 50% a 100% no tocante à matrícula e mensalidades do estudante beneficiário durante toda a graduação na Instituição de Ensino Superior (IES). Havia ainda a flexibilidade de reembolso do capital após dois anos de formado. (SANTOS, 2009).

Tratados Internacionais também influenciam na questão “Educação e Racismo”. A exemplo da III Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU (2001), em Durban - África do Sul. Ali, em documento oficial o Brasil reconheceu sua responsabilidade histórica pelo “escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos”. Postura que resultou no desenvolvimento do Plano de Ação para operacionalizar no Brasil as resoluções contidas no documento, com destaque na Educação. O plano recomendou adoção e implementação de leis com vistas a proibir a discriminação por raça, cor, descendência, nacionalidade ou etnia em todos os níveis educacionais do país. (BRASIL, 2001).

Munido dessa responsabilidade e pressão popular, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), iniciou sua gestão com a proposta de priorizar as questões sociais favoráveis às classes populares no Brasil. Assim trabalhou o combate simbólico ao racismo, através da Lei 10.639/03 ao alterar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", através de parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Em 2004 foi aprovado o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas

federais de educação superior, as chamadas Cotas nas Universidades Públicas, (Lei n. 11. 096 de 2005). E o *Programa Universidade para Todos* (ProUni), permitindo concessão de bolsas de estudo, integral ou parcial, aos alunos de baixa renda concluintes do ensino médio público, em instituições de ensino superior privado com base nas notas no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. (ALMEIDA, 2010).

O Programa disponibilizou ainda, bolsas para deficientes, indígenas, pretos, pardos, com variável de 50% das vagas para estudantes afrodescendentes. A partir daí, houve uma crescente realização de matrículas de alunos pertencentes às classes menos favorecidas ao ensino universitário em todo o país. (BRASIL, 2013-2014).

Vulnerabilidades e limites na permanência de estudantes na universidade

Passado os primeiros momentos da abertura educacional, a sociedade passou a conviver com as lacunas entre o acesso e a permanência até a formação desses alunos. Já em 2006, a pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) revelava evasão universitária motivada por falta de adaptação ao estilo da Instituição de ensino superior e dificuldades com transporte, alimentação, formação básica deficiente e dificuldade financeira. (HORTA, 2012).

Pesquisa realizada por Cardoso (2008) apontou que a evasão universitária guarda estreita relação com o rendimento no curso, tendo como resultado a desmotivação da permanência. E ainda a longa carga horária de trabalho como influência na decisão de abandonar o curso. Tendo o índice de evasão mais acentuada entre aqueles que trabalham. Enquanto, dados atuais apurados em pesquisa de MELO (2017), mostraram que o resultado da avaliação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), exerce influência sobre a escolha do curso pelo aluno, expressivamente, 50% dos estudantes escolheram o curso em que se matricularam por decorrência da baixa nota alcançada no exame.

Na concepção de CARVLHO (2005) a debilidade no potencial de conhecimento dos alunos pobres está relacionada à Reforma do Ensino médio iniciada na década de 1990, na entrada do período neoliberal. Para o escritor, o modelo educacional é forjado na dicotomia tradicional da educação brasileira: o conhecimento intelectual para os

dominantes e a profissionalização técnica para os dominados, como modo a atender ao processo de atualização do sistema capitalista neoliberal, perpassada pela desigualdade estrutural da educação para os grupos populares.

Aqui, destaca-se a tênue linha da Educação, por um lado responsável pelo desenvolvimento humano equânime, do cidadão e por seu desenvolvimento profissional. Por outro lado, legitimadora dos estigmas político-ideológicos, usados a serviço das relações de poder predominantes e exercendo um papel fundamental na manutenção das relações hierárquicas. Isso corrobora ainda, aspectos como o capital cultural, o poder simbólico e as inúmeras formas de metafísica, sobre a realidade dos grupos atingidos, os populares. BOURDIEU (1989) e FOUCAUT (1979).

Um breve estudo empírico e algumas triangulações

O que refletiu sobre o conjunto dos entrevistados na pesquisa. Todos os 14 alunos negros participantes da pesquisa, eram egressos do Ensino Universitário Privado. Quanto ao recorte de tempo, ficou estipulado entre 2003 a 2020, pela intenção de contornar a implantação de Políticas de Ação Afirmativas, para acesso de alunos oriundos de famílias de baixa renda na universidade privada. Sendo contemplado os períodos da implantação do Fies, em 1999 com FHC, do governo Lula (2003- 2011), com a implantação do Prouni, em 2003, ocasião em que precedeu o início duma fase mais ampla de inclusão de negros nas Instituições de Ensino Superior - IES, a partir de Políticas como a Reserva de Vagas (cotas), nas universidades privadas. Chegando a gestão do presidente atual, Jair Messias Bolsonaro (2018 -2022), por quem é possível denotar negação do racismo institucionalizado no país e visão reacionária quanto à conquista de direitos e garantias sociais obtidas nos trinta anos anteriores, o que exerce uma influência não positiva sobre as Políticas de Ação Afirmativas. A representatividade do MEC sobre as políticas, estão despercebidos de ações que venham contemplar as demandas apontadas na pesquisa.

Pelos aspectos que vem desenhando à realidade dos estudantes negros e pobres, formulamos ao seguinte questionamento/objeto a seguinte pergunta: *Quais*

vulnerabilidades limitam os estudantes da classe popular (em sua maioria negros) de prosseguir o curso universitário, podendo levá-lo à evasão?

Tais respostas nos forneceram subsídios para cumprir a finalidade do objetivo principal. *“Analisar a trajetória de egressos negros em Instituições de Ensino Superior entre os anos 2003 a 2020, pertencentes à classe popular, em São Paulo.”*

Porquanto, a Pesquisa Piloto é uma das etapas que permite ao pesquisador ter uma vivência com os participantes da pesquisa. Caracteriza uma situação discursiva, que por meio das narrativas iniciais, fornece dados para elaboração de um “léxico” para leituras integradas de todo o processo de interação entre os interlocutores (pesquisador e respondente). Um primeiro passo para discernir as percepções do fenômeno e triangulá-los aos demais dados coletados (bibliográficos, dos acervos, estatísticos, históricos, resultados do campo etnográfico, das entrevistas e questionários), A sistematização e análise prévia foram elaboradas com base em uma variação do discurso coletivo do sujeito de modo a atender ao propósito desta pesquisa de elaborar uma reflexão que contribua para o aprofundamento das questões relativas à nossa temática.

Podemos destacar o fato de ser uma pesquisa experimental, de cunho qualitativo que constitui uma das etapas de um estudo maior e que permitiu aos pesquisadores ter uma vivência inicial com a situação discursiva, para a elaboração de leituras, interpretações do fenômeno e suas possíveis relações (dados bibliográficos, estatísticos, históricos, e questionários). (MINAYO, 2007).

Após a construção, o instrumental/questionários, foram enviados aos primeiros informantes, que por sua vez, em forma de efeito cascata, indicaram outros possíveis participantes para a pesquisa entre Dezembro/2020 e Janeiro/2021. Acerca dos questionários, em virtude do isolamento social requerido no atual momento pandêmico de Covid-19, foram todos enviados e respondidos online.

Entre os respondente, apenas um cursou o ensino superior na área da biomédica (odontologia), os demais fizeram cursos na área de humanas (pedagogia, serviço social, letras), sendo dois no Setor administrativo (Administração de Empresas e Ciências Contábeis). O que denota dificuldades de acesso dos alunos raciais negros pertencentes à classe popular em áreas de maior pontuação classificatória e maior custo financeiro.

Quanto às idades atuais dos participantes, formulamos as seguintes faixas etárias: I- até 27 anos, 2; II- de 28 a 34 anos, 4; III- de 35 a 42 anos, 3; IV- de 43 a 50 anos, 2; V- de 51 a 60 anos, 3. As pessoas dessas duas últimas faixas revelam que estão retomando os estudos, após uma longa interrupção. São em geral a primeira geração de suas famílias a ingressar no ensino superior, cujos pais têm baixa ou nenhuma escolaridade. Boa parte delas vêm de famílias numerosas (mais de 7 irmãos) nas quais poucos irmãos alcançaram o ensino médio, muitíssimo menos são os que chegaram ao ensino superior.

O recurso de ingresso na universidade pelas Políticas de Ação Afirmativas.

A forma de acesso ao curso superior em termos de políticas/ benefícios foi a seguinte: pelo ProUni, seis (um não concluiu); pelo FIES, dois (os dois não concluíram); obtiveram bolsa da própria universidade, dois (sendo uma parcial e uma total); sem políticas públicas/ benefícios, cinco pessoas (um não concluiu). Ou seja, nove eram bolsistas e cinco não bolsistas. Entre os 14 alunos, 4 evadiram.

No formulário, a primeira questão buscou elencar as razões que levaram o estudante a querer cursar uma faculdade, entre os aspectos citados como principais, destaca-se: a busca por melhoria de ganhos financeiros; seguido pela questão de maiores oportunidades de emprego e empregabilidade. Esse aspecto é sutilmente diferente da busca por uma carreira, pelo aspecto profissional, também citado na pesquisa. Por fim, vieram as questões da formação - busca específica pela educação, pelo conhecimento e/ou atualização.

Foi constatada inovação cultural nos indivíduos, na etária faixa dos 55 anos ou mais, eles estão retomando aos estudos (como dito). Filhos de pais analfabetos, ou possuidores apenas do antigo primário (1ª/4ª série), ao ingressarem no curso universitário, passaram a integrar à nova cultura etária educacional, a viver o processo intergeracional no convívio acadêmico com pessoas de várias idades e diferentes culturas, em especial, os jovens. Adquiriram novos conhecimentos, ampliaram a consciência de cidadania e suas articulações sociais. Tendem a uma futura velhice ativa e autônoma na sociedade.

Teve destaque ainda, a relevância das relações interativas junto à população comunitária. Uma das participantes atua com movimentos comunitários junto à Infância e Juventude. Sua motivação foi melhor preparar-se para atuar pedagogicamente e ser um exemplo de que “é possível sonhar e fazer acontecer”

Trabalho significativo, que corrobora com o incentivo à segmentação educacional do público alvo. Inclina-se a proporcionar bons resultados e a transformar realidades, pois um jovem comunitário na universidade passa a desempenhar um papel de referência para outros jovens da localidade. Que vão ver a faculdade como um “caminho seguir” por eles, seus amigos, seu grupo familiar ou mesmo religioso. (SANTOS, 2009),

Faces das dificuldades

No rol de dificuldades, foi importante saber os motivos que os mantiveram (ou não) no ensino superior. Além dos aspectos pessoais expostos anteriormente, configuram questões afetivas, como o incentivo e apoio de amigos e familiares, bem como o suporte material advindo destes.

Na resposta do aluno, de não ter tido apoio nenhum em relação à universidade e família, deixa implícita sua solidão num processo que, por si só, já é bastante complexo. Remete ao que SAWAYA (2008) chama de “*sofrimento ético-político*”. Esse tipo de sofrimento pode advir de um complexo de situações, atitudes e circunstâncias em que o indivíduo sofre com os reflexos daquilo que podemos chamar de “violência estrutural” ou “violência simbólica”. Pode ser entendido como elemento desencadeado pelas sensações de desconforto, medo ou revolta. O *sofrimento ético-político* é um conceito abordado e apontado como consequência do processo de inclusão/exclusão vivido pelas populações vulnerabilizadas e alijadas do conjunto de bens e direitos sociais.

Indivíduos ou grupos atingidos por estigmas sociais tendem a manifestar um tipo de sofrimento que dificilmente é expresso e, quando o é, mais dificilmente ainda é encarado como algo sério ou relevante. No mais das vezes, sequer é percebido como fruto de uma violência advinda das representações sociais criadas e desenvolvidas historicamente para a

manutenção das relações de poder e dominação implícitas em tais gestos e ações .

Assim, o isolamento, sentido como solidão e autoculpabilização, nas relações sociais marcam os grupos estigmatizados. Entre os 14 participantes da pesquisa, este foi um dos quatro que não concluiu seu curso superior.

Os demais, entre os motivos mencionados estavam: o fato de não haver conciliação entre o horário de trabalho e escola – causando perda de conteúdos e dificuldade em acompanhar as disciplinas; a questão financeira, a questão burocrática com a operacionalização do FIES. Incluindo ainda fechamento de curso, também por motivo de evasão contínua de alunos.

Além de um grande abalo à autoconfiança dos estudantes, a evasão produz prejuízos para toda sociedade:: os alunos perdem a oportunidade da formação, consequentemente, da qualificação profissional, de contribuir com a cientificidade e com a redução da desigualdade social em que estão inseridos..

Especificamente no que tange à “inadaptação do ingressante ao estilo da instituição universitária”. É importante perceber o que está por trás desta questão e que percursos ela explicita. O ingresso dos chamados “outros” nos espaços de privilégio dos grupos hegemônicos, requer mais que “tolerância” e/ou adaptação de um só dos lados dessa questão. Requer fundamentalmente a exposição das possibilidades de uma nova perspectiva advinda, exatamente da diversidade. Convidativa a pensar, repensar e criar novas visões, no movimento transformador da educação em prática de liberdade. (Hooks, 2013).

Um outro aspecto apontado foi o limite financeiro na realidade da ingressante no curso de Serviço Social em 2004, a levando a se formar em 2009. Bolsista de 50% de uma ONG educacional que mantinha parceria com uma universidade privada, à medida que percorriam os semestres aumentavam os custos xérox, gastos com eventos valendo pontos nas disciplinas como seminários sobrepostos ao valor pago da mensalidade acabando por determinar o trancamento da matrícula, só retornando para formação quando se casou, o cônjuge custeou a faculdade.

Reincidente em resultados de pesquisas, a dificuldade de aprendizado dos alunos que desistiram e de alguns que conseguiram prosseguir os estudos apesar da pouca base científica para assimilar os novos conhecimentos lecionados na faculdade. Reportando-nos a questão da educação profissional, como base de conhecimento “pensada para o pobre”, no ensino médio técnico da escola pública. (CARVALHO, 2007).

No entanto, há por parte de Paulo Freire, a concepção de tal debilidade à totalidade das mazelas facetadas vividas pelos estudantes da classe popular desde a infância na educação básica, passando a refletir nos anos posteriores dos estudos.

Não podemos deixar de levar em consideração as condições materiais desfavoráveis que muitos alunos de escolas da periferia da cidade experimentam. A precariedade de suas habitações, a deficiência de sua alimentação, a falta em seu cotidiano de atividades de leitura da palavra, de estudo escolar, a convivência com a violência, com a morte de que se tornam quase sempre íntimos. Tudo isso é, de modo geral, pouco levado em consideração não apenas pela escola básica, de primeiro grau, em que essas crianças estudam, mas também nas escolas de formação para o magistério. Tudo isso, porém, tem enorme papel na vida dos Carlos, das Marias, das Carmens (...). (2008, p. 105).

Consciência que nos reportam à porcentagem bastante preocupante em relação ao percentual de aprovação dos alunos, como o da Pnad (2018). Ou seja, 79,2% dos alunos que estudaram o ensino médio da rede privada, ingressaram na faculdade. Enquanto somente 36% dos estudantes da rede pública conseguiram ingressar no curso universitário. (BRASIL, 2018).

Alguns obstáculos e desafios apontados pelos participantes revelam de forma mais acentuada a dificuldade de conciliar o trabalho com a escola, causando atraso para chegar à faculdade, perda de explicação do professor. Consequentemente, estar perdido nas aulas e atividades escolares, sentir tensão emocional. Além da escassez de tempo para administrar os estudos em casa.

As narrativas ainda expressam o processo do cotidiano descrito pelos participantes, trazendo à tona tensões diárias vividas no processo do novo aprendizado e os momentos que lhes falta tranquilidade, de transpor os embarços, desde a adaptação ao novo ambiente longe do que lhe era familiar, as tensões burocráticas, passando pela desnível de conhecimento para simular algumas e/ou a falta de incentivo institucional.

Também foram apresentados alguns casos extremos de faculdades privadas, como as burocracias administrativa e a má gestão do processo do FIES em algumas instituições (despreparo dos operadores do sistema), causando grande desgaste e perda do financiamento já aprovado.

Quanto ao papel do Estado, talvez seja um dos principais blocos para a compreensão dos estudantes em sua formação. Essa é uma pergunta que levanta uma série de outras questões que lhes são constituintes e estão indicadas na própria formação da sociedade brasileira e seus desdobramentos. Supõe um aprofundamento acerca da reflexão. “Qual o papel do estado - real/ verdadeiro/ ideal/ idealizado? Se é defender? É representar os interesses do Povo e aí problematizar quem é o povo? Ou se é defender e representar os interesses das elites e grupos hegemônicos no poder? O que se revela crucial para as próximas fases deste estudo.

Deu-se a percepção dos participantes de que as classes subalternizados na sociedade mantém a carga/ônus maior de sustentação das estruturas sociais. Vivem um sentimento que busca o respaldo ou “apoio do governo” no que se refere às questões financeiras (como alimentação, transporte) e de subsistência aos estudantes de IES privada em conflito entre complexidade de tais necessidades explícitas nas respostas ásperas dos entrevistados.

Em sua opinião, qual seria o papel do Estado nessa questão?

Se preocupar mais com estudante carente, trabalhar com a questão das ações afirmativas, as políticas públicas que faz muita falta para gente.

Classifica a base educacional do pobre como insuficiente para chegar a universidade, passando a criticar o Estado. *Tira-se tudo da cultura, Tira-se tudo da educação, ficam as merrecas!.*

Demonstra descrença na intenção governamental de gerir as políticas de Ação Afirmativas, *a maioria dos políticos brasileiros são herdeiros do colonialismo: são os netos, bisnetos da colônia, dos donos de Engenho, dos donos de Canaviais, dos cafeicultores, da política do café-com-leite. Então eles vão agir como os pais deles.*

Aprofunda sua critica na discussão,

(...), não só os políticos, até a própria educação, muitas grandes universidades ainda insistem em impor um regime ditatorial. É preciso

mudar! Boa parte da sociedade é preciso mudar! Barrar esse capitalismo selvagem que só leva a essas atrocidades que a gente está vendo aí, genocídio da população negra, feminicídio, infanticídio, acabando com o indígena, acabando com as matas! É um desrespeito tão grande, tão grande, se não mudar... mas a gente tá atento, aí, na luta!.

Narrativas que revelam a percepção da dubiedade do papel do Estado na sociedade brasileira, à falta de investimento efetivo para a qualidade do ensino, valorização do professorado em todos os níveis. Ressalta intensamente o descaso contido nas ações de políticas “eleitoreiras” e de seus agentes supra distantes da realidade vivida por quem eles pedem o voto nas periferias e comunidades: os indivíduos mais vulnerabilizadas socialmente, inseridas em um contexto emergente de apoio.

Houve a providência do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008, exclusivo para alunos da universidade pública. Este propunha, entre outros benefícios, alimentação, transporte, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico, objetivando “contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão”. Assim também foi desenvolvido o Programa Bolsa Permanência, criada em 2013, que assegura o auxílio financeiro no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) aos estudantes quilombolas e indígenas, e aos demais estudantes R\$ 400,00 (quatrocentos reais) com a finalidade de minimizar “as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições públicas de ensino superior”

Tem-se na Educação as restrições assistenciais do Estado aos estudantes inseridos na universidade privada, ignorando a realidade de pobreza que exatamente envolve o perfil de bolsista ou cotista deles. Quando, em geral ali estão por falta de um desempenho melhor na seletividade do SISU. Suas potencialidade de conhecimento – não plenamente desenvolvidas pela Educação pública fundamental – não lhes permitiu romper as barreiras historicamente constituídas e adentrar a universidade pública.

Reconhecidamente, o ProUni, enquanto ação Afirmativa é relevante, proporciona o ingresso ao curso universitário, configurando-se como o principal condutor no acesso desses estudantes. (CARNEIRO, 2011). Porém, àqueles que não

conseguiram a pontuação suficiente para o curso superior público, pesa a ausência de recursos objetivos que efetivamente, gere sobre eles condições estruturais, dignas do estabelecido nas disposições da Constituição Brasileira, enquanto garantia de direito universal no país..

As políticas de ações afirmativas já existentes apontam para o fato de que a trajetória acadêmica dos jovens na universidade, sem uma adequada política de permanência, não é uma tarefa fácil. Isso reforça a demanda pela implementação das cotas raciais, em conjunto com programas e projetos de permanência. Não sendo suficiente abrir as portas dos cursos superiores para a juventude negra, sendo preciso também garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica. (GOMES, 2005); (SANTOS, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no discutido e analisado é possível afirmar que a eficiência das políticas de Ação Afirmativas educacionais para desenvolvimento das capacidades humanas de indivíduos oriundos das classes subalternizadas e estigmatizadas, como pobres, negros, ainda estão em processo de construção com vistas a maior contemplação de ingresso e formação desses discentes.

É relevante a gestão contributiva das IES no apoio aos estudantes vulneráveis, por meio de adaptações das políticas à criação de programas internos que contemplem as demandas mais comuns apresentadas nos contextos estudantis. Por exemplo, o enfrentamento do “*calcanhar de Aquiles*” manifestado na impotencialidade dos alunos pobres, a ser removido por “aulas de reforço universitário” em horários extra aos turnos regulares dos cursos. Tais providências sobre as condições de base acadêmica poderão ampliar as possibilidades de frequência e desempenho nas atividades escolares. E consequentemente maior ambientação dos alunos aos estudos.

Quanto o Estado, há um desafio pendente de reivindicação social, para cobrança de ações estruturais que promovam condições objetivas de recursos para permanência e formação de alunos negros. Aspectos que passam pela importância da Bolsa

Permanência onde eles estiverem estudando. Até a sugestão de parcerias com os setores públicos e privados a fim de viabilizar estágios remunerados suficientes aos alunos universitários.

Concordamos com Silva (2020), ao disser que a desigualdade educacional entre brancos e negros inda está longe de acabar. Mas por outro lado, podemos ponderar que o mais difícil já foi alcançado: o acesso como direito igualitário na Carta Constitucional de 1988. A efetividade do direito depende da contribuição de todos aqueles que não são conservadores do monopólio racial da Educação no país.

Precisamos levantar essas bandeiras, para que tenhamos futuramente, uma sociedade mais equânime em detrimento da baixa condição educacional, econômica e social que ainda tem a cor e a raça negra estigmatizada no país. Esperamos que o presente artigo contribua para essa construção.

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, Selma Vieira. A Inserção Social de Idosos dos bairros periféricos do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro. 88 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2015.

ALVARENGA, Selma Vieira. A Inserção Social de Idosos dos bairros periféricos do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro. 88 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2015.

ANDRÉ, Maria da Consolação. O ser negro: a construção da subjetividade em afrobrasileiros. Ano 2007 - 254 f. Doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia. Brasília. 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel. Bertrand, 1989.

BRASIL, Constituição Federal. Brasília (DF).1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em 10 abr. de 2019.

_____, Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferencia Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001. Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:livro:2001;000646328>. Acesso em 20 abr. de 2019.

_____, A democratização e expansão da educação superior no país. 2003/2014. Ministério da Educação Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docma&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em 03 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. Brasília. DF: ,2007.. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/Pdf/diretrizesreuni.pdf> . Acesso em 10 abr. de 2019.

_____. Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Ministério da Educação. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em 21 10 abr. de 2019

_____. Taxa de ingresso ao nível superior é maior entre alunos da rede privada. Agência IBGE Notícias. Síntese de Indicadores Sociais. (2018). Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23300-taxa-de-acesso-ao-nivel-superior-e-maior-entre-alunos-da-rede-privada> Acesso em 15 de fev. 2021.

_____. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 20 de dez.. de 2019.

_____. Censo da Educação Superior. Notas Estatísticas (INEP), Ministério da Educação. 2018. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2019/centso_da_educacao_superior_2018- Acesso em 03 jan. 2021

CARDOSO, Claudete Batista. Efeitos da Política de Cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Educação. Universidade de Brasília. 2008.

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2005.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo. Selo Negro Edições, 2011.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz. O ensino médio e o debate sobre conhecimento e profissionalização.- Revista Margens. Dossiê: Trabalho e Educação Básica. V. fascículo 16, (p. 100-114). 2017.

CUNHA, Perses. M. da. Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. In: OLIVEIRA, L. (coord.) Relações raciais no Brasil: alguns determinantes. Niterói: Intertexto/UFF: 1999.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar. Cortez. Edição 19. São Paulo. 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Edições Graal, Rio de Janeiro. 1979.

_____, História da Sexualidade. I, A Vontade de Saber. In Editorial – 11 Dossiê Educação e Direitos Humanos. Revista Diversitas. 3 n. 4 mar/set (p.1-201). 2015.

GOMES, J. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social; a experiência dos EUA. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2001.

HASSENBALG. C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha. Evasão no ensino superior brasileiro. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Brasília. (Cadernos ABMES, V. 25). 2012

HOOKS, Bell. Ensinando transgredir: a educação como prática da liberdade. Cipolla. São Paulo. 2013.

JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. Valor-aparência: Aparências de classe e hierarquias do cotidiano. Ano 2015- 326 f. (Doutorado em Sociologia.) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Goiânia, Ano 2015- 326f. Universidade Federal de Goiás. 2015.

KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. Editora 34, 2ª edição São Paulo. 2009.

MELO. Kesia Cristiane. Escolha do Curso e Evasão Universitária: Análise a partir do sistema de seleção unificada. Ano 2017- 57f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

NETO, João Correia. A Educação anarquista X Pedagogia libertária: caleidoscópio de uma história. Ano 2008 – 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. 2008.



NOLASCO, Patrícia Carmelo. A Educação Jesuítica o Brasil Colônia e a Pedagogia de Anchieta, Catequese e Dominação. Ano 2008 - 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas 2008.

SANTOS. Dyane Brito Reis. Para além das cotas; a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Ano 2009 -215 f. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. 2009.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas - São Paulo . Autores Associados, 2011.

SAWAIA, Bader B. (org), As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ. Vozes. 2008.

SILVA, Tatiana Dias. População negra conquista espaço no ensino superior. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília. 26/06/2020.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. O sonho da casa própria resignificando a identidade feminina durante o processo construtivo de moradias por mutirão na cidade de São Paulo: o Jardim Apuanã e a Associação de Mutirantes União dos Nove do parque Europa I (1983-2005). XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina (p. 1-8). 2005.